

REDAÇÃO MODELO**Caminhos para assegurar os direitos humanos e a justiça social no Brasil**

Os direitos humanos e a justiça social são desafios contemporâneos que, embora constitucionalmente garantidos, ainda não são de todo experimentados por grande parte da população brasileira. Essa situação faz do Brasil um reflexo da distopia contida em “Os Miseráveis”, de Victor Hugo, romance histórico que se passa na França do século XIX, o qual revela a difícil reinserção de Jean Valjean, ex-presidiário, no convívio social. O enredo aborda temas como pobreza, desigualdade social e perseguição policial, o que joga luz à compreensão de que direitos humanos e justiça social, que deveriam ser o alicerce para a harmonia social, são casuísticos – e não universais.

O cenário brasileiro, com seus 10 milhões de pessoas passando fome, vem comprovar a urgência em transpor o conceito de direitos humanos para a prática cotidiana. A justiça social, entendida por John Rawls, filósofo político da Universidade de Harvard, estabelece um caminho teórico para a equidade, enfatizando a garantia das liberdades fundamentais, a igualdade de oportunidades e a permissão de desigualdades, somente se estas beneficiarem os mais desfavorecidos. Com efeito, a filosofia de Rawls confirma que a proteção aos vulneráveis não é um gesto opcional, e sim o núcleo moral de qualquer sociedade verdadeiramente justa.

A efetivação dos direitos humanos e a promoção da justiça social demandam uma mudança de perspectiva – afinal, a solidariedade e o respeito à dignidade humana hão de ser a bússola que orienta as decisões políticas e sociais. Somente assim será possível construir uma sociedade em que todos – crianças, mulheres, gays, idosos, doentes, imigrantes etc. – tenham suas necessidades básicas atendidas. Enquanto isso não acontece, não se pode erguer a bandeira da Declaração Universal de 1789, a qual a Constituição Cidadã pretendeu levantar, e, conseqüentemente, o ideal da igualdade de todos perante a lei desmorona-se.

Isso posto, para a solução à problemática, é imprescindível que o Estado e as ONGs atuem de maneira proativa e comprometida. A criação de políticas públicas inclusivas, por meio de programas de redistribuição de renda, acesso universal à educação de qualidade e implementação de sistemas de saúde eficientes são passos fundamentais para mitigar as desigualdades sociais. Além disso, é essencial o estabelecimento de regramentos para a boa convivência social e de medidas repressivas contra a propagação do ódio, da intolerância e da discriminação sistêmica.

Por Gislaine Buosi